



PARCERIA
PÚBLICO
PRIVADA



Terminal Rodoviário Teresina

Relatório Trimestral

Janeiro/ Fevereiro/ Março
2018



PARCERIA
PÚBLICO
PRIVADA



RELATÓRIO TRIMESTRAL – GESTÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO TERESINA

1º Trimestre /2018

(Janeiro/Fevereiro/Março– 2018)

1. OBJETIVO

O presente relatório de Monitoramento de Gestão, relativo ao Contrato de Concessão do Terminal Rodoviário de Teresina, tem como propósito consolidar as informações acerca da fiscalização empreendida pelo governo do Estado quanto as ações e intervenções realizadas no equipamento, considerando o contrato de concessão celebrado entre o Governo do Estado do Piauí e a Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico – SINART.

Para fins de elaboração do presente documento foi considerado o período de avaliação e monitoramento referente ao período Janeiro/Fevereiro/Março de 2018 e os dados obtidos foram produzidos a partir do acompanhamento das ações realizadas pela Concessionária, dentro do escopo de obrigações previstas no instrumento contratual, por meio de visitas sistemáticas, acompanhamento dos relatórios gerenciais mensais feitos pelo CMO, com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, e documentos encaminhados pela SINART.

Dentro do aspecto gerencial que cumpre ao CMO, vale dizer que a Gestão do Contrato é executada com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, nos termos do que consta no Contrato nº003/2017 SEADPREV/FGV de março de 2017. Nesse sentido, a equipe técnica da FGV tem sido fundamental no apoio e acompanhamento no Cronograma de Investimentos e na análise dos documentos e relatórios apresentados pela SINART.

2. METODOLOGIA

Para fins de elaboração do presente documento, foram utilizadas várias fontes de pesquisa, tais como: legislação em vigor, contrato vigente, documentos comprobatórios dos serviços realizados pela Concessionária, visita in loco e pesquisa de satisfação.

2.1 Instrumento legal e contratual:

- Contrato nº 001/2015 SUPARC/SEGOV/PI e seus anexos:
 - Edital e Termo de Referência;
 - Plano de Negócios;
 - Regulamento de Serviços.



PARCERIA
PÚBLICO
PRIVADA



– Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 2015;

– Lei nº 13.460 de 26 de junho de 2017;
jdhdgdsdjjjjjj

2.2 Documentação comprobatória dos serviços realizados, fornecidos pela Concessionária:

– Relatório Trimestral de Operação das Plataformas;

– Relatório Trimestral de Prestação de Contas.

2.3 Relatórios da Fundação Getúlio Vargas

– Relatórios de Visita Técnicas.

3. SITUAÇÃO DOS TERMINAIS E EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Situação das obras do projeto:

– As obras previstas no projeto, voltadas para modernização do equipamento, estão em execução, com status em andamento, porém com diversas entregas em atraso em relação ao cronograma original. Isso decorre da resistência e dos obstáculos causados pelos permissionários instalados na área de execução das obras. Tanto os banheiros do térreo quanto os do pavimento superior vem sendo utilizados normalmente pelos usuários, tendo sido designado um funcionário para limpeza e vigilância para adequada utilização. Com relação aos banheiros da área de embarque já foram concluídos, mas ainda não entraram em operação, com relação a cobrança somente os banheiros do pavimento superior será cobrada taxa para utilização;

– O elevador, com capacidade para 13 pessoas está em plena operação;

– O estacionamento vem operando normalmente, conforme tabela colocada na entrada:

Até 30 min -----R\$ 2,00

Até 1 h-----R\$ 4,00

Após 1 h-----R\$ 1,00 a cada 15 minutos ou fração



PARCERIA
PÚBLICO
PRIVADA



Diária-----R\$28,00

Valor máximo em horas (7h) igual valor da diária

jdhdgdsdjijijj

– A praça de alimentação continua parcialmente entregue e está em funcionamento.

No entanto, mais uma vez foi observado que os restaurantes ainda não contam com exaustor. Questionado, o Coordenador da SINART, Sr. Celso, informou que já conseguiu um fornecedor que emitisse um orçamento adequado ficando o prazo para ser entregue em 15 de março de 2018. Ainda em fevereiro/2018 será dado continuidade a construção das demais lojas Praça de Alimentação;

– As mesas utilizadas pelos permissionários serão trocadas e deverá seguir o mesmo padrão para todos os restaurantes, sendo prevista a sua entregas para até maio de 2018;

– Áreas Institucionais foram entregues, estando em funcionando apenas os seguintes: ANTT, GUARDA VOLUMES, COOPERATIVA DE TAXI e SINDICATO DOS CARREGADORES;

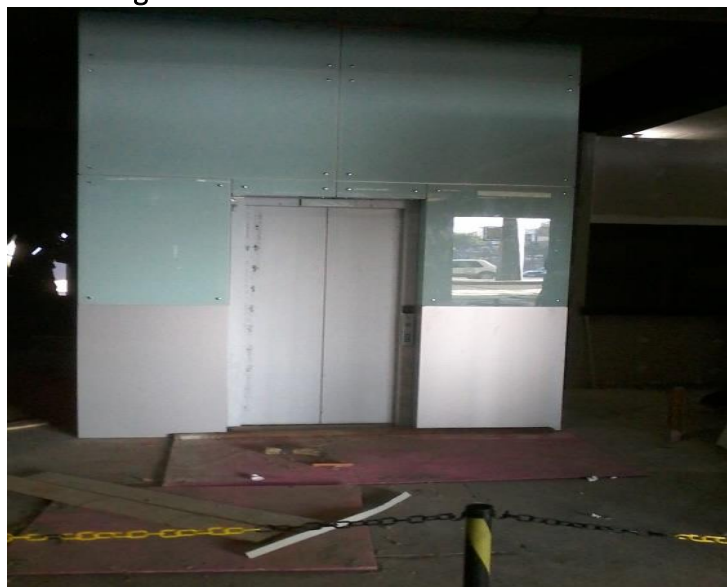
– Já foram entregues alguns dos novos Guichês;

– Estão sendo construídas as casas de Distribuição Geral de Telecomunicações e de Ponto Inicial de Gás;

4. REGISTRO FOTOGRÁFICO

Figura 01: Caixa do Elevador funcionando

jdhdgdsdjjjjjj



Fonte: FGV

Figura 02: Novos Guichês – Térreo



Fonte: FGV

Figura 03: Lanchonetes – 1º andar

jdhdgdsdjzzzz



Fonte: FGV

Figura 04: Construção dos Banheiros



Fonte: FGV

Figura 05: Estrutura e Reservatório D'água

jdhdgdsdjzzzz



Fonte: FGV

Figura 06: Fachada do Cabeleireiro



Fonte: FGV

Figura 07: Banheiro feminino da Praça de Alimentação

jdhdgdsdjzzzzj



Fonte: FGV

Figura 08: Banheiro masculino da Praça de Alimentação



Fonte: FGV

Figura 09: Banheiro PNE do 1º Piso

jdhdgdsdjzzzzj



Fonte: FGV

Figura 10: Entrada Sanitários do Térreo



Fonte: FGV

Figura 11: Banheiro feminino do Térreo

jdhdgdsdjzzzz



Fonte: FGV

Figura 12: Banheiro PNE do Térreo



Fonte: FGV

Figura 13: Fraldário do Térreo

jdhdgdsdjzzzz



Fonte: FGV

Figura 14: Entrada do Estacionamento



Fonte: FGV

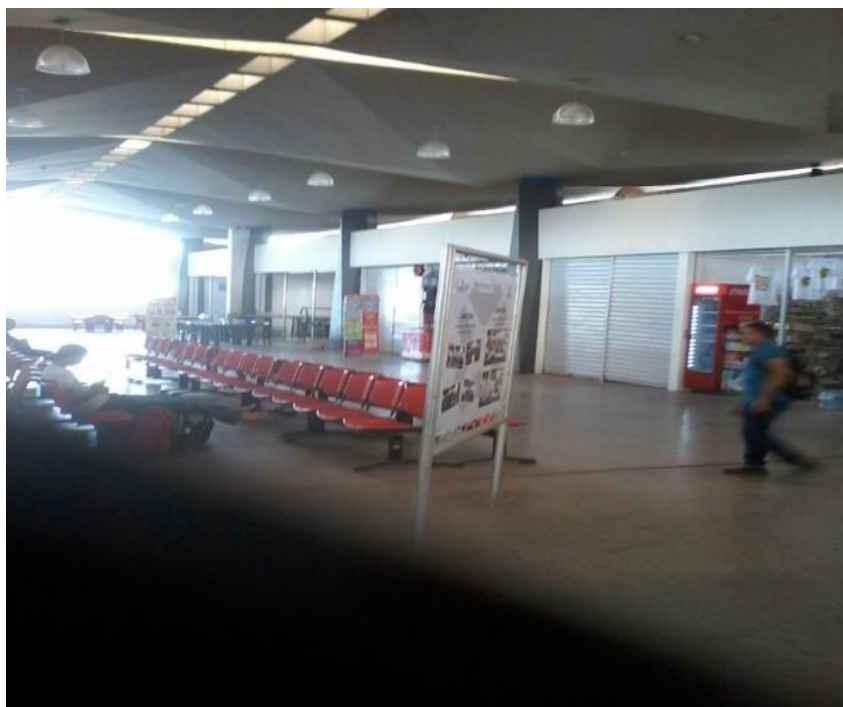
Figura 15: Lanchonetes construída

jdhdgdsdjzzjj



Fonte: FGV

Figura 16: Lojas de Variedades e Praça de Alimentação



Fonte: FGV

Figura 17: Restaurantes concluídas

jdhdgdsdjjj



Fonte: FGV

Figura 18: Impermeabilização das pétalas



Fonte: FGV

Figura 19: Impermeabilização das pétalas

jdhdgdsc



Fonte: FGV

Figura 20: Pintura das áreas externas



Fonte: FGV

Figura 21: Fachadas das áreas institucionais

jdhdgdsdjzzjj



Fonte: FGV

Figura 22: Construção da casa DG e PI



Fonte: FGV



PARCERIA
PÚBLICO
PRIVADA



5. CONCLUSÕES

A despeito das ações promovidas pela Concessionária, percebe-se que a prestação dos serviços, sobretudo no que tange a manutenção, conservação, limpeza e segurança, e vem sendo executada de forma satisfatória e atendendo ao que determina o contrato da concessão.

É fato que o ritmo de obras não fluiu como desejado, mas também vale informar que tal ponto de atenção decorre de questões como aprovação de projetos na esfera pública, em especial na Prefeitura de Teresina, e problemas com comerciantes instalados no Terminal de Teresina.

O que vale ressaltar é que as ações executadas por meio da Concessão foram realizadas sem onerar as receitas públicas, sem criar despesas para a administração pública, e com efetivo ganho de eficiência na gestão e aplicação de investimento por parte do privado na infraestrutura que é do Estado.

É o relatório.

Teresina(PI) Março de 2018



PARCERIA
PÚBLICO
PRIVADA



Terminal Rodoviário Picos

Relatório Trimestral



Janeiro/ Fevereiro/ Março
2018



PARCERIA
PÚBLICA
PRIVADA



RELATÓRIO TRIMESTRAL – GESTÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO PICOS

1º Trimestre /2018

(Janeiro/Fevereiro/Março– 2018)

1. OBJETIVO

O presente relatório de Monitoramento de Gestão relativo ao Contrato de Concessão do Terminal Rodoviário de Picos tem como propósito consolidar as informações acerca da fiscalização empreendida pelo governo do Estado quanto as ações e intervenções realizadas no equipamento, considerando o contrato de concessão celebrado entre o Governo do Estado do Piauí e a Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico – SINART.

Para fins de elaboração do presente documento foi considerado o período de avaliação e monitoramento referente ao período Janeiro/Fevereiro/Março de 2018 e os dados obtidos foram produzidos a partir do acompanhamento das ações realizadas pela Concessionária, dentro do escopo de obrigações previstas no instrumento contratual, por meio de visitas sistemáticas, acompanhamento dos relatórios gerenciais mensais feitos pelo CMO, com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, e documentos encaminhados pela SINART.

Dentro do aspecto gerencial que cumpre ao CMO, vale dizer que a Gestão do Contrato é executada com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, nos termos do que consta no Contrato nº003/2017 SEADPREV/FGV de março de 2017. Nesse sentido, a equipe técnica da FGV tem sido fundamental no apoio e acompanhamento no Cronograma de Investimentos e na análise dos documentos e relatórios apresentados pela SINART.

2. METODOLOGIA

Para fins de elaboração do presente documento, foram utilizadas várias fontes de pesquisa, tais como: legislação em vigor, contrato vigente, documentos comprobatórios dos serviços realizados pela Concessionária, visita in loco e pesquisa de satisfação.

2.1 Instrumento legal e contratual:

- Contrato nº 002/2015 SUPARC/SEGOV/PI e seus anexos:
- Edital e Termo de Referência;
- Plano de Negócios;
- Regulamento de Serviços.

- Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 2015;
- Lei nº 13.460 de 26 de junho de 2017;

2.2 Documentação comprobatória dos serviços realizados, fornecidos pela Concessionária:

- Relatório Trimestral de Operação das Plataformas;
- Relatório Trimestral de Prestação de Contas.

2.3 Relatórios da Fundação Getúlio Vargas

- Relatórios de Visita Técnicas.

3. SITUAÇÃO DOS TERMINAIS E EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Pontos de Atenção:

- Situação dos Banheiros Públicos;
- Situação da obra de fachada;
- Estacionamento;
- Situação das áreas internas;
- Situação do dissipador de águas pluviais;
- Cobertura.

3.2 Situação do Projeto:

- Os banheiros públicos, tanto o feminino como o masculino, permanecem fechados com data de entrega atrelada a conclusão das obras do Pátio. Segundo a Concessionária, a obra afeta a limpeza e funcionamento adequado dos sanitários.
- As obras da fachada estão concluídas, sendo que as esquadrias recuperadas e pintadas não apresentam boa aparência, inclusive com uma quebrada, sendo urgente a correção do problema;
- Atualmente o terminal conta com um total de 36 boxes e 2 quiosques. Desse total, 19 boxes e 2 quiosques estão direcionados para pequenos comerciantes. Os 19 estão alugados e gerando receitas e o restante estão sob apreciação judicial, não contribuindo para a arrecadação de receita da Concessionária. Conforme informações dadas pelo Coordenador da SINART, foi contratado um advogado pelos permissionários e há uma audiência agendada para 10/04/2018 às 10h. Foi observado que, dos boxes ocupados



PARCERIA
PÚBLICO
PRIVADA



pelos pequenos comerciantes, 2 estão fechados e somente voltarão a funcionar após decisão final quanto à ação judicial em trâmite. Dos demais boxes, 7 são utilizados pelas empresas que comercializam passagens rodoviárias e 10 estão desocupados.

- Implementação das nova tarifa de embarque para o Terminal conforme o decreto nº 17.575 do dia 28/12/2017.
- Para execução do estacionamento dos ônibus e pátio de manobras, a SINART contratou construtora que iniciou a execução dos serviços em 20/04/2017. Na inspeção, foi constatado que os bloquetes assentados e liberados para tráfego, relativos ao primeiro trecho, foram retirados por terem sido assentados de forma inadequada, sem a base necessária, mal compactados e com anomalias provocando recalques, comumente nomeados de “borrachudo”.
- Com relação a macrodrenagem, foi verificado que, devido a um erro de locação, foi necessário refazer todas as caixas de passagem no perímetro do pátio de manobra da rodoviária, pois estavam provocando diminuição dos espaços de manobra dos ônibus. Adicionalmente, foi reforçado, com o responsável pela obra, que as caixas de passagem dos esgotos também devem ser substituídas antes da finalização das obras do pátio de manobras para que não haja retrabalho.
- A respeito do pátio de estacionamento, a FGV reforça a sugestão de que a SINART aproveite os bloquetes fornecidos para o pátio dos ônibus com especificação errada, para recuperação do estacionamento na frente do terminal.
- A parte interna do terminal apresenta nível aceitável de limpeza, tanto no andar térreo quanto na parte superior;
- Com o início do período de chuvas, foram constatadas manchas nos forros ou lajes provenientes de vazamento nas calhas ou telhas danificadas, ressaltando-se que o Coordenador informou que foram trocadas telhas danificadas.

3.3 Recomendações

- No que tange ao projeto do detecção e combate a incêndio, a SINART foi comunicada para concluir o processo para resolução desta questão;
- Sobre o transporte clandestino, o Coordenador do terminal informou que, das 06h às 08h, é grande o fluxo de operação de transportes sem autorização, que atuam, inclusive, dentro do terminal. Nesse sentido, é necessária a intervenção do Estado, por meio da SETRANS, uma vez que a atividade clandestina afeta, consideravelmente, o fluxo de caixa e as projeções de receita da Concessionária.
- A Gradil do cerceamento do estacionamento está danificado no trecho próximo da caixa d'água, foi solicitado que seja modificado.

4. REGISTRO FOTOGRÁFICO

Figura 1: WC Funcionário



Figura 2: WC Público



Figura 3: Fachada



Figura 4: Fachada 2



Figura 5: Quiosque 1



Figura 6: Quiosque 2



Figura 7: Box Fernando Bijuterias(fechado)



Figura 8: Box Banca Primeira Mao (fechado)



Figura 9: Pátio de manobra



Figura 10: Pátio de Manobra



Figura 11: Pátio de manobra



Figura 12: Pátio de manobra



Figura 13: Pátio de Manobra



Figura 14: Pátio de manobra



Figura 15: Pátio de manobra



Figura 16: Rolo liso



Figura 17: Macrodrenagem Caixa Passagem



Figura 18: Caixa Passagem Esgoto



Figura 19: Pátio Estacionamento



Figura 20: Pátio Estacionamento



Figura 21: Pátio estacionamento



Figura 22: Pátio estacionamento



Figura 23: Parte Interna Rodoviária

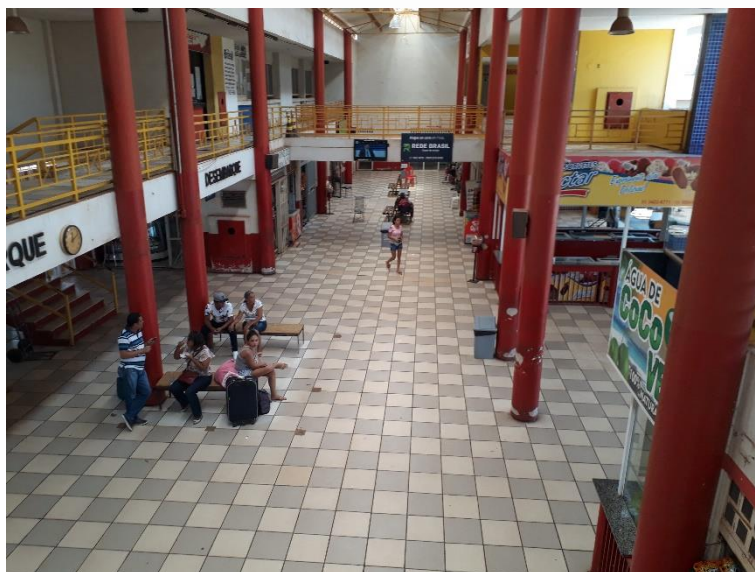


Figura 24: Parte Interna da Rodoviária



Figura 25: Forro (manchas)



Figura 26: Gradil





PARCERIA
PÚBLICO
PRIVADA



5. CONCLUSÕES

Considerando as ações promovidas pela Concessionária, percebe-se que a prestação dos serviços, sobretudo no que tange a manutenção, conservação, limpeza e segurança, vem sendo executada em conformidade e atendendo ao que determina o contrato de concessão, mas ressalve-se que a Concessionária deve atentar para o cronograma de obra apresentado para a conclusão do serviço de macrodrenagem, que se prolonga, e que prejudica o usuário do Terminal.

O que vale ressaltar é que as ações executadas por meio da Concessão foram realizadas sem onerar as receitas públicas, sem criar despesas para a administração pública, e com efetivo ganho de eficiência na gestão e aplicação de investimento por parte do privado na infraestrutura que é do Estado.

Teresina(PI) Março de 2018



PARCERIA
PÚBLICO
PRIVADA



Terminal Rodoviário Floriano

Relatório Trimestral



Janeiro/ Fevereiro/ Março
2018



PARCERIA
PÚBLICO
PRIVADA



RELATÓRIO TRIMESTRAL – GESTÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO FLORIANO

1º Trimestre /2018

(Janeiro/Fevereiro/Março– 2018)

1. OBJETIVO

O presente relatório de Monitoramento de Gestão relativo ao Contrato de Concessão do Terminal Rodoviário de Floriano tem como propósito consolidar as informações acerca da fiscalização empreendida pelo governo do Estado quanto as ações e intervenções realizadas no equipamento, considerando o contrato de concessão celebrado entre o Governo do Estado do Piauí e a Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico – SINART.

Para fins de elaboração do presente documento foi considerado o período de avaliação e monitoramento referente ao período Janeiro/Fevereiro/Março de 2018 e os dados obtidos foram produzidos a partir do acompanhamento das ações realizadas pela Concessionária, dentro do escopo de obrigações previstas no instrumento contratual, por meio de visitas sistemáticas, acompanhamento dos relatórios gerenciais mensais feitos pelo CMO, com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, e documentos encaminhados pela SINART.

Dentro do aspecto gerencial que cumpre ao CMO, vale dizer que a Gestão do Contrato é executada com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, nos termos do que consta no Contrato nº003/2017 SEADPREV/FGV de março de 2017. Nesse sentido, a equipe técnica da FGV tem sido fundamental no apoio e acompanhamento no Cronograma de Investimentos e na análise dos documentos e relatórios apresentados pela SINART.

2. METODOLOGIA

Para fins de elaboração do presente documento, foram utilizadas várias fontes de pesquisa, tais como: legislação em vigor, contrato vigente, documentos comprobatórios dos serviços realizados pela Concessionária, visita in loco e pesquisa de satisfação.

2.1 Instrumento legal e contratual:

- Contrato nº 003/2015 SUPARC/SEGOV/PI e seus anexos:
- Edital e Termo de Referência;
- Plano de Negócios;
- Regulamento de Serviços.



PARCERIA
PÚBLICO
PRIVADA



- Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 2015;
- Lei nº 13.460 de 26 de junho de 2017;

2.2 Documentação comprobatória dos serviços realizados, fornecidos pela Concessionária:

- Relatório Trimestral de Operação das Plataformas;
- Relatório Trimestral de Prestação de Contas.

2.3 Relatórios da Fundação Getúlio Vargas

- Relatórios de Visita Técnicas.

3. SITUAÇÃO DOS TERMINAIS E EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Pontos de Atenção:

- Situação dos banheiros;
- Situação das áreas externas;
- Situação das áreas internas;
- Situação da rampa de acesso;
- Situação da fachada;
- Situação do estacionamento.

3.2 Recomendações:

- Os banheiros masculino e feminino do acesso ao público estão limpos. Já o banheiro masculino está com o mictório quebrado, mas já está sendo providenciada a troca;
- No Pátio de manobra dos ônibus foi observado que continua com o trecho empoçado com água devido às chuvas, sendo que será sanado quando forem feitas as intervenções que constam no laudo de vistoria que se encontra em análise e construção de parecer pela FGV e CMO;

- Com relação as intervenções na área do pátio, a SINART está construindo um depósito de lixo e uma guarita de controle de saída e entrada das empresas que operam no terminal. A finalidade é ter um melhor controle do pátio, evitando a entrada de veículos particulares;
- Na área de embarque e desembarque a SINART deu mais conforto aos usuários do Terminal com a colocação de várias longarinas;
- Foram observadas algumas falhas de manutenção, conforme informações a seguir:
 1. O estacionamento continua com alguns bancos danificados;
 2. Um poste quebrado e solto na calçada do estacionamento;
 3. No talude da calçada existem alguns pontos de recalques dos bloquetes, sendo necessária sua recuperação;
 4. O poste, onde está assentado o transformador de entrada de energia elétrica, está trincado e necessita ser trocado com urgência;
- As novas catracas de controle de acesso ao pátio de embarque ainda não foram instaladas e estão guardadas no depósito enquanto que as catracas existentes, no embarque e desembarque, continuam quebradas;
- Com a chegada das chuvas, a SINART informou que foi necessário fazer uma revisão em todas as calhas de águas pluviais pois os ralos dos tubos de decidas estavam com entupimentos provocando infiltração tanto na laje como no forro;
- Continua sendo necessária a limpeza mensal da fossa, gerando uma despesa mensal de R\$3.000,00, até que o problema do esgotamento sanitário seja resolvido;
- A Parte interna da Rodoviária tem apresentado bom nível de limpeza, tanto no térreo como na parte superior, devido ao Coordenador ter distribuído melhor a sua equipe;
- O piso da rampa de acesso do Pavimento Superior apresenta várias placas descoladas, como já foi observado em visitas anteriores;

4. REGISTRO FOTOGRÁFICO

Figura 1: Mictório do WC masculino (1 com defeito)

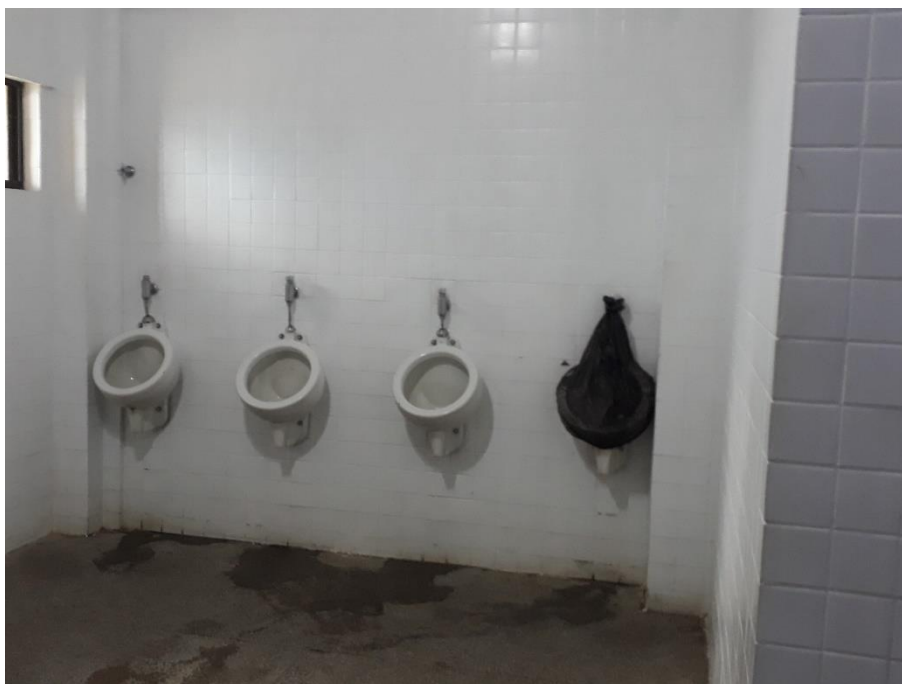


Figura 2: Bancada de pias do WC masculino



Figura 3: Pátio de Manobra com poça d'água



Figura 4: Pátio de Manobra com poça d'água



Figura 5: Depósito de lixo (em construção)



Figura 6: Guarita em construção



Figura 7: Longarinas de assentos



Figura 8: Bancos quebrados



Figura 9: Poste quebrado



Figura 10: Poste quebrado



Figura 11: Bloquete do talude recalcado



Figura 12: Poste de subestação com defeito

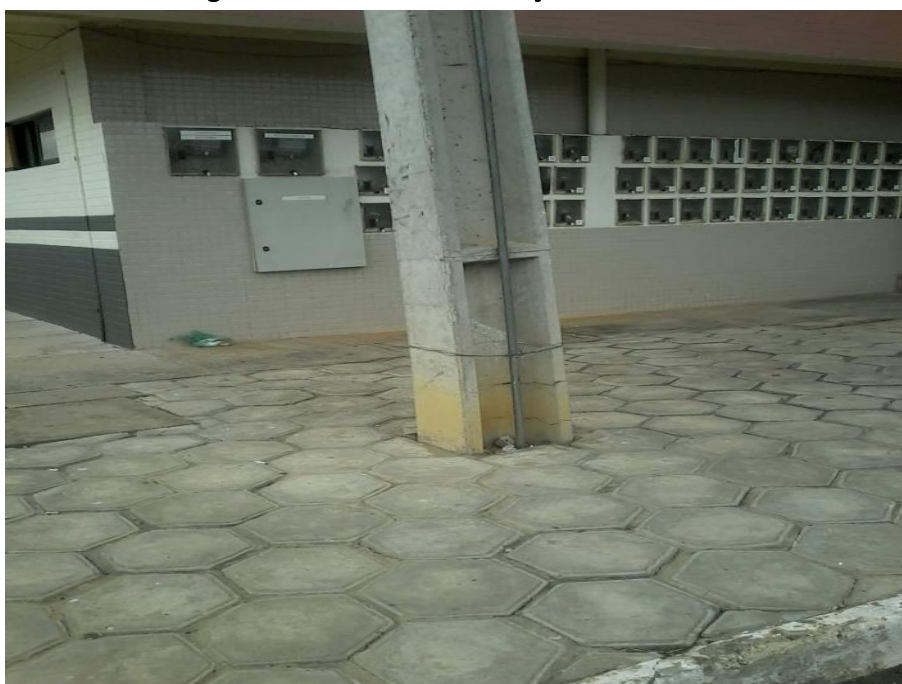


Figura 13: Catracas com defeito



Figura 14: Área interna LE



Figura 15: Área interna LD



Figura 16: Paineil LD



Figura 17: Painele LE



5. CONCLUSÕES

A despeito das ações promovidas pela Concessionária, percebe-se que a prestação dos serviços, sobretudo no que tange a manutenção, conservação, limpeza e segurança, e vem sendo executada de forma satisfatória e atendendo ao que determina o contrato da concessão.

O que vale ressaltar é que as ações executadas por meio da Concessão foram realizadas sem onerar as receitas públicas, sem criar despesas para a administração pública, e com efetivo ganho de eficiência na gestão e aplicação de investimento por parte do privado na infraestrutura que é do Estado.

É o relatório.

Teresina(PI) Março de 2018